

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS (ICH)  
ESPECIALIZAÇÃO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA

THAÍS ALINE PEREIRA

**ÁFRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA  
CULTURA DE GANA A PARTIR DO LÚDICO**

Juiz de Fora

2016

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

PEREIRA, Thaís Aline.

ÁFRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL : CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA CULTURA DE GANA A PARTIR DO LÚDICO / Thaís Aline PEREIRA. – 2017.

26 f.

Orientador: Márcia Guerra PEREIRA

Trabalho de Conclusão de Curso (especialização) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. , 2017.

1. educação infantil. 2. diversidade étnico-racial. 3. cultura africana. 4. identidade. I. PEREIRA, Márcia Guerra, orient. II. Título.

THAÍS ALINE PEREIRA

**ÁFRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA  
CULTURA DE GANA A PARTIR DO LÚDICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção de título de Especialista em História da África.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marcia Guerra Pereira

Juiz de Fora

2016

**THAÍS ALINE PEREIRA**

**ÁFRICA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA  
CULTURA DE GANA A PARTIR DO LÚDICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção de título de Especialista em História da África e aprovada pela seguinte banca examinadora:

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

---

Prof. Dr.

JUIZ DE FORA

\_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## RESUMO

A partir de brincadeiras, músicas e de um conto popular de Gana, o presente artigo apresenta possibilidades para o desenvolvimento de práticas pedagógicas voltadas para a educação infantil, a fim de promover o respeito à diversidade étnico-racial, a valorização da cultura africana e a positividade da identidade negra. Com base em revisão da literatura e reflexões, faz-se uma pequena contextualização teórica passando pelo conceito de democracia racial, pela implementação da Lei 10.639/2003, e aponta-se a importância da escola na formação de valores e atitudes das crianças.

**Palavras-chave:** educação infantil, diversidade étnico-racial, cultura africana, identidade

## **ABSTRACT**

From jokes, songs and a popular Ghana's tale, this article presents possibilities for the development of pedagogical practices aimed at children's education, in order to promote respect for ethnic-racial diversity, the valorization of Culture of Africa and the positivation of black identity. Based on literature review and reflections, it's done a small theoretical contextualization through the concept of racial democracy, through the implementation of Law 10.639 / 2003, and it is pointed out the importance of the school in the formation of values and children's attitudes.

**Keywords:** child education, ethnic-racial diversity, african culture, identity

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>9</b>
<b>MATERIAL DIDÁTICO.....</b>	<b>15</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>18</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>20</b>
<b>APÊNDICA- PORTFÓLIO.....</b>	<b>22</b>

*Dedico este trabalho à minha irmã, Letícia.*



## INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto dos estudos do curso de especialização em História da África da Universidade Federal de Juiz de Fora, onde foi proposto um trabalho de conclusão que contemplasse a criação de um material didático sobre a África e/ou a diversidade étnica em diferentes contextos sociais. O material didático aqui proposto parte do meu contexto profissional pedagógico, especialmente na atuação com turmas de crianças da educação infantil.

O Parecer CNE/CP nº 03/2004 propõe a divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial com a finalidade de construir uma nação democrática, onde todos tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada. Pensou-se, por este motivo, em elaborar uma apostila que possibilite ao professor realizar um trabalho de valorização e conhecimento da cultura africana, a partir de músicas, brincadeiras, contos populares e animais de Gana.

Cabe explicar, portanto, o porquê de entre os 54 países presentes na África, ter-se escolhido Gana. Por que não escolher um país onde a língua oficial é o português? Ou escolher um país de origem dos escravizados trazidos para o Brasil ou especificamente para Minas Gerais? Para a realização da apostila não foi escolhido um país primeiro, para que então fossem selecionados os materiais. Uma vez que o objetivo principal era de apresentar a cultura africana a partir do lúdico, resolveu-se começar a pesquisa em busca de brincadeiras e músicas africanas de modo geral, e não voltada somente para um país. A escolha começou a partir da apostila encontrada com instruções para vinte e sete brincadeiras de doze países africanos. Gana e Nigéria foram os mais contemplados, cada um com cinco brincadeiras. Procurou-se então, músicas infantis de origem desses países. E foi Gana o país com o maior número de músicas para o público destinado à esta proposta didática – crianças da educação infantil -, contendo letras curtas, traduções e vídeos.

A partir destes recursos encontrados, o interesse por este país aumentou e a diante das buscas por suas especificidades, foram encontradas ricas informações e conteúdos que auxiliariam na elaboração de uma apostila que visa apresentar a cultura africana. Além disso, é importante ressaltar que existem diferentes países que podem ser trabalhados no contexto da sala de aula, e a escolha de apenas um se deu pelo pouco tempo hábil para a realização de um trabalho de conclusão de curso de uma especialização. Caberá aos professores a liberdade de

escolher o que atende sua proposta, considerando para isso, também, a possibilidade de encontrar variados recursos didáticos e pedagógicos.

A intenção é que esse material seja o ponto de partida do trabalho do professor, uma vez que conterà ideias de trabalho e não planos de aulas prontos. É importante que a partir do material o educador trabalhe a África e a diversidade étnica ao longo do ano e não só na semana da consciência negra (como é de costume). De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais o tema deve ser trabalhado permanentemente de modo que não ocorram intervenções meramente pontuais para resolver problemas que surgem no dia-a-dia relacionados ao racismo. O documento defende que “aos poucos, o respeito à diversidade será um princípio das instituições e de todas as pessoas que nela atuam (BRASÍLIA, 2006, p.168)”.

Para fins de esclarecimento, será realizada uma pequena contextualização teórica referente à metodologia aqui adotada, objetivando dar suporte ao professor que deseje utilizar o material em sua prática pedagógica. Portanto o trabalho será dividido em três partes, a saber: fundamentação teórica, material didático e conclusão.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Apesar do crescente discurso de que, no Brasil, vive-se uma democracia racial, onde todos possuem igualdade de oportunidades independente de sua cor, pode-se notar em nosso dia-a-dia que a desigualdade sócio-econômica nas condições de vida de brancos e negros é muito presente. Ao observar diversos lugares de nossa sociedade (hospitais, supermercados, escolas, universidades, lojas de boutique, camelôs, restaurantes...) e analisar o número de negros e brancos e as funções que exercem em cada um desses ambientes, pode-se notar que a oportunidade entre ambos não é a mesma. Ao pesquisar na internet, rapidamente encontram-se dados que mostram a diferença entre negros e brancos referentes à renda, à escolaridade, à taxa de mortalidade, ao desemprego, ao número da população carcerária, ao trabalho infantil, entre outros. Nascimento, citado por Cavalleiro (1998), defende que o termo “democracia racial” é

“(...) uma fachada despistadora que oculta e disfarça a realidade de um racismo tão violento e destrutivo quanto aquele dos Estados Unidos ou da África do Sul. (...) Não se resolve problemas utilizando-se o método do avestruz: o método de ignorar a realidade concreta metendo a cabeça na areia” (NASCIMENTO apud CAVALLEIRO, p. 45)

Calar-se diante das conseqüências da diversidade étnica sustenta ainda mais o preconceito e a discriminação. Conforme as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais,

silenciar-se diante do problema não apaga magicamente as diferenças, e ao contrário, permite que cada um construa, a seu modo, um entendimento muitas vezes estereotipado do outro que lhe é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a divisão e a hierarquização raciais (BRASÍLIA, 2006, p.23)

Na nossa sociedade, onde é histórica a visão negativa e preconceituosa em relação ao negro, precisamos cada vez mais de medidas e políticas públicas que reconheçam nossa diversidade étnica, valorizem a cultura africana e afro-brasileira, de forma a eliminar a hierarquização racial (onde o branco é colocado como o melhor), diminuindo assim a discriminação e a diferença de oportunidades.

A educação brasileira, nesse sentido, vem conquistando grandes avanços nos últimos anos. De acordo com o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/2003, os avanços surgiram principalmente a partir da Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, realizada na África do Sul, em 2001, pois em conseqüência dela na primeira gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, foi criada em 2003 a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), onde a questão racial foi incluída como prioridade na pauta de políticas públicas do País. Ainda em 2003, foi sancionada a Lei nº 10.639/2003 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluindo o Art. 26ª que estabelece a obrigatoriedade do ensino de história afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas da educação básica. A partir da Lei nº 10.639/2003 foram estabelecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e em 2009 o Ministério da Educação aprovou o Plano Nacional de Implementação da Lei. Com isso, foi instituído “um marco legal, político e pedagógico de reconhecimento e valorização das influências africanas na formação da sociedade brasileira e do protagonismo da população afro-brasileira na formação social, política e econômica do país” (BRASIL, 2014, p.7).

Cabe destacar que, apesar da educação infantil não estar contemplada no texto da Lei nº 10.639/2003, podemos observar nos documentos posteriores à Lei que ela aos poucos está sendo incorporada. O Plano Nacional de Implementação das Diretrizes aponta que

o papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e a aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos de vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer forma de preconceito, racismo e discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas, compreendam e se envolvam conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos etnicorraciais para a história e a cultura brasileiras. (BRASIL, 2009b, p.48).

O assunto também é abordado nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, onde consta que “o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil” (BRASIL, 2009a, p. 10).

Portanto, já na educação infantil podem ser estabelecidas práticas que evitem que pensamentos preconceituosos e práticas discriminatórias sejam internalizadas pelas crianças, promovendo o respeito pelas especificidades de cada uma delas, considerando suas histórias, culturas e formas de ser. Se tratarmos desde cedo as diferenças de formas positivas, poderemos promover autoconfiança, a valorização da identidade e o respeito por si e pelo próximo. Segundo com Dias (2012, p.186): “construir com as crianças pequenas a concepção de que as diferenças observadas na convivência entre seus pares é algo positivo está na contramão da política de identidade que deseja estabelecer hierarquias entre as pessoas”.

Corroborando esta perspectiva, Cavelleiro (1998) aponta que

o reconhecimento positivo das diferenças étnicas deve ser proporcionado desde os primeiros anos de vida. Para tornar a pré-escola um espaço positivo ao entendimento das diferenças étnicas, é necessário observarmos o processo de socialização atualmente desenvolvido no espaço escolar que, conforme demonstrado por diversos estudos e pesquisas, parece ignorar essa questão. Contudo, a Educação Infantil não pode esquivar-se do dever de preparar o indivíduo para a existência das diferenças étnicas, já que ela, inevitavelmente, permeará a sua relação com os demais cidadãos (p.38).

De acordo com as Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais, dependendo da forma como é entendida e tratada a questão da diversidade étnico-racial, as instituições podem auxiliar as crianças na valorização de sua cultura, seu corpo, seu jeito de ser ou, ao contrário, favorecer a discriminação “quando silenciam diante da diversidade e da

necessidade de realizar abordagens de forma positiva ou quando silenciam diante da realidade social que desvaloriza as características físicas das crianças negras” (BRASIL, 2006, p.46).

Esse silenciamento ocorre de diferentes maneiras no contexto escolar. Destaca-se algumas como: 1) a falta de cartazes, livros, brinquedos que mostrem a existência de pessoas negras na sociedade, já permitindo que seja transmitida aos alunos uma falsa superioridade branca, fazendo com que a diferença étnica seja entendida como desigualdade; 2) a falta de um planejamento escolar que aborde a África e sua cultura, sem uma visão estereotipada e preconceituosa, e de professores preparados para abordar o tema e que saibam lidar diante das situações de preconceito e discriminação na escola; 3) a negação de que dentro da escola há discriminação entre “crianças x adultos” e “crianças x crianças”; e com 4) a negação de que crianças pequenas são capazes de fazer inferências em relação a cor de acordo com o que lhes é apresentado. Segundo Cavelleiro (1998, p.94) o

pouco valor atribuído à presença da criança negra na escola pode levá-la a se reconhecer como participante de um grupo inferior e, posteriormente, entender que o fato de pertencer a esse grupo lhe é desfavorável e pode levar a criança branca a se reconhecer participante de um grupo racial superior, de forma equivocada.

Além disso, em muitas situações as crianças negras não recebem o mesmo tratamento e cuidado direcionado às crianças brancas. Há casos relatados de professores que elogiam a beleza, demonstram afeto (pegar no colo, fazer carinho...), exaltam o desempenho somente de crianças brancas. Muitas vezes cometem-se falhas, sem dar-se conta, devido a interiorização da ideologia racista na qual nossa sociedade está inserida. É necessário atentar-se diante da prática docente, a detalhes referentes à legitimação dessa cultura preconceituosa, evitando tratamentos de modo diferente às crianças. Dias (2012) relata uma cena que reflete a atenção que se deve ter no cuidado direcionado às crianças

Teve uma cena muito legal. A monitora estava no banheiro penteando, arrumando o cabelo para [as crianças] irem ao refeitório. Uma monitora pegou as meninas e outra pegou os meninos. O V. tinha o cabelo cortado baixinho. A monitora não penteou o cabelo dele. E ele ficou do lado dela só observando. Quando ela terminou de pentear o cabelo de todos, ele falou: “Você não vai pentear meu cabelo?”. Ela se surpreendeu, olhou para mim assustada. “Ah, Mame, eu não fiz de propósito”. Falei: “Sei que você não fez de propósito”. “É que o cabelo dele está tão curtinho... que para mim já estava penteado. Mas, vem V., vou pentear seu cabelo.” É essa coisa do toque. Você está penteando o cabelo. Você está dando atenção, está tocando a criança.

É como eu falei, a atenção, muitas vezes, era focada na beleza branca. O negro não tinha esse momento de carinho, de ser tocado. Achei interessante ele cobrar. Porque até então eles não tinham essa iniciativa, de cobrar... Ela começou a ficar mais atenta (Educatória Mame - entrevista concedida em 13/09/06 apud Dias, p. 191)

Portanto, é fundamental repensar o papel que escola vem desempenhando para construirmos uma educação e uma sociedade igualitárias. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 227, determina que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, cultura, dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) também assegura a toda criança o direito de igualdade de condições para a permanência na escola, de ser respeitada pelos educadores, de ter sua identidade e valores preservados e ser posta a salvo de qualquer forma de discriminação, negligência ou tratamento vexatório. No Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI - (1998), volume I, ainda é apontado que as experiências escolares devem ser pautadas no respeito à dignidade e aos direitos das crianças, consideradas nas suas diferenças individuais, sociais, econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.

Sobre a influência da escola em relação às questões raciais, Rosemberg (2012) cita um trecho do manifesto da Marcha Zumbi dos Palmares de 1995:

Refletindo os valores da sociedade, a escola se afigura como espaço privilegiado de aprendizado do racismo, especialmente devido ao conteúdo eurocêntrico do currículo escolar, aos programas educativos, aos manuais escolares e ao comportamento diferenciado do professorado diante de crianças negras e brancas. A reiteração de abordagens e estereótipos que desvalorizam o povo negro e supervalorizam o branco resulta na naturalização e conservação de uma ordem baseada numa suposta superioridade biológica, que atribui a negros e brancos papéis e destinos diferentes. Num país cujos donos do poder descendem de escravizadores, a influência nefasta da escola se traduz não apenas na legitimação da situação de inferioridade dos negros, como também na permanente recriação e justificação de atitudes e comportamentos racistas. De outro lado, a inculcação de imagens estereotipadas induz a criança negra a inibir suas potencialidades, limitar suas aspirações profissionais e humanas e bloquear o pleno desenvolvimento de sua identidade racial. Cristaliza-se uma imagem padronizada que diminui, exclui, sub-representa e estigmatiza o povo negro, impedindo a valorização positiva da

diversidade étnico-racial, bloqueando o surgimento de um espírito de respeito mútuo entre negros e brancos e comprometendo a idéia de universalidade da cidadania”. (p.33)

Logo, como é papel da escola a formação de valores e atitudes das crianças, é importante começar desde a educação infantil a promover uma educação voltada para o entendimento das diferenças étnicas (onde elas sejam entendidas de forma positiva, respeitadas e que o pertencimento racial dos alunos seja valorizado), a apresentar a África além do viés da escravidão, e a elaborar novas práticas educacionais que visem o combate ao racismo. Assim, é possível promover a formação de alunos não preconceituosos, prevenindo práticas discriminatórias, uma vez que desde cedo as crianças já são capazes de interiorizar ideias preconceituosas. Bento (2012) constatou, após fazer revisão bibliográfica de estudos sobre identidade racial na educação infantil que:

- 1) Muito cedo elementos da identidade racial emergem na vida das crianças; diferentes autores, destacam que, entre 3 e 5 anos a, criança já percebe a diferença racial e, ao percebê-la, interpreta e hierarquiza;
- 2) Crianças pequenas são particularmente atentas ao que é socialmente valorizado ou desvalorizado, percebendo rapidamente o fenótipo que mais agrada e aquele que não é bem aceito;
- 3) Crianças pequenas brancas se mostram confortáveis em sua condição de brancas e raramente explicitam o desejo de ter outra cor de pele ou outro tipo de cabelo. Com frequência explicitam que branco é bonito e preto é feio (apontando bonecas, personagens de livros, colegas, professoras);
- 4) Crianças pequenas negras se mostram desconfortáveis em sua condição de negras, porém raramente reagem à colocação de que preto é feio. Quando reagem e pedem ajuda ao professor, este não sabe o que fazer e/ou silencia. Crianças negras revelam o desejo de mudar o tipo de cabelo e a cor da pele;
- 5) A criança negra parece mais agudamente atenta à diferença racial do que a branca. (p. 101).

Deste modo para iniciar a apresentação do material didático aqui proposto é importante levantar a seguinte questão: por que se deve falar de África na educação infantil? Antes de responder à questão, é importante refletir sobre o que se aprende, ao longo da vida escolar, sobre a África que não esteja relacionado à escravidão. Diante desta reflexão é possível compreender que pouco (ou quase nada) se aprender sobre este continente.

De acordo com Fernandes (2005), somente o conhecimento da história e cultura da África e do negro poderá contribuir para se desfazer os preconceitos e estereótipos ligados ao

segmento afro-brasileiro, além de contribuir para o resgate da auto-estima de milhares de crianças e jovens que se vêem marginalizados por uma escola de padrões eurocêntricos, que nega a pluralidade étnico-cultural de nossa formação.

A esse respeito, Oliva (2003), aponta que

Seria plausível, então, pensar que se uma criança africana, européia ou brasileira for acostumada a estudar e valorizar apenas ou majoritariamente elementos, valores ou imagens da tradição histórica européia elas irão construir interpretações ou representações influenciadas pelas mesmas. Da mesma forma, se as imagens reproduzidas nos livros didáticos sempre mostrarem o africano e a História da África em uma condição negativa, existe uma tendência da criança branca em desvalorizar os africanos e suas culturas e das crianças africanas em sentirem-se humilhadas ou rejeitarem suas identidades. (Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461, p. 443)

Dessa forma, ao apresentar o continente africano para as crianças, pode-se contribuir desde cedo para desconstrução de uma África exótica, onde só existem animais selvagens, doença, fome, miséria e atraso, de que o papel do negro na história era ser escravo e de que sobre o continente africano não há nada ser aprendido. Assim, haverá uma efetiva construção de uma educação igualitária, voltada para o combate do preconceito e da discriminação e para o reconhecimento positivo da identidade negra.

Portanto, a proposta de atividade pensada no presente trabalho buscará auxiliar crianças pequenas na sua formação cidadã, desmistificando conceitos e propondo maneiras do professor de educação infantil valorizar a cultura africana em suas atividades pedagógicas.

## **MATERIAL DIDÁTICO**

Nas Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) encontra-se que é fundamental as crianças terem acesso a “diversos materiais como livros, brinquedos, jogos, assim como momentos para o lúdico, permitindo uma inserção e uma interação com o mundo e com as pessoas presentes na socialização de forma ampla e formadora” (p.37). Fato que também é apontado no Parecer CNE/CEB, n. 20, 2009, que revisa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

as propostas curriculares da educação infantil devem garantir que as crianças tenham experiências variadas com as diversas linguagens, reconhecendo que o mundo no qual estão inseridas, por força da própria cultura, é amplamente marcado por imagens, sons, falas e escritas. Nesse processo, é preciso



valorizar o lúdico, as brincadeiras e as culturas infantis” (CNE/CEB, n. 20, p.15).

Desse modo, como material didático, foi elaborada uma apostila com um compilado de músicas, contos e brincadeiras originárias de Gana, além informações e curiosidades sobre esse país, a fim de possibilitar diferentes tipos de trabalhos com as crianças. A intenção do material não é de apresentar planos de aula prontos, mas sim servir como um suporte para que a partir dele o professor planeje sua aula. Entretanto, em cada elemento apresentado na apostila há dicas de como o professor poderá utilizá-lo em sala de aula.

Segundo o RCNEI (1998), volume II, brincar é uma das atividades fundamentais para o desenvolvimento da identidade e da autonomia. O documento considera que nas brincadeiras as crianças podem desenvolver a atenção, a imitação, a memória, a imaginação e também amadurecer capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais. Portanto, a apostila contém instruções para brincadeiras originárias de Gana, que foram retiradas da Apostila de Jogos Infantis Africanos e Afro-Brasileiros, desenvolvida por Débora Alfaia da Cunha e Cláudio Lopes de Freitas. A intenção é de que a partir das brincadeiras os alunos conheçam o país africano.

As músicas selecionadas podem ser utilizadas tanto nas brincadeiras, quanto em atividades para desenvolver ritmo e coordenação, para simplesmente serem dançadas e cantadas, ou em alguma outra maneira que o educador achar válido usá-las. Todas as músicas e vídeos foram selecionados no site “Mama Lisa’s World” que disponibiliza músicas de vários países. Gordon, citado por Joly e Souza (2010) considera a música fundamental na educação infantil, uma vez que

através da música, as crianças aprendem a conhecer-se a si próprias, aos outros e à vida. E, o que é mais importante, através da música as crianças são mais capazes de desenvolver e sustentar a sua imaginação e criatividade ousada. Dado que não se passa um dia sem que, duma forma ou doutra, as crianças não ouçam ou participem em [sic] música, é-lhes vantajoso que a compreendam. Apenas então poderão aprender a apreciar, ouvir e participar na música que acham ser boa, e é através dessa percepção que a vida ganha mais sentido. (Gordon apud Joly e Souza, p.4)

A partir de cada música e brincadeira ensinada, o professor poderá apresentar um conteúdo sobre Gana e também estabelecer relações com as músicas e brincadeiras do Brasil,

indo contra o ensino monocultural e etnocêntrico, favorecendo uma construção positiva do imaginário da África e possibilitando o reconhecimento da diversidade étnica.

A apostila apresenta também um conto popular de Gana, uma vez que acredita-se que as histórias estimulam a oralidade, a imaginação, o gosto pela leitura e contribuem de diferentes maneiras na formação das crianças. Como o conto é sobre uma princesa, pode-se aproveitar e trabalhar a visão estereotipada de que as princesas têm que ser bancas, de cabelos lisos, e de olhos claros, apresentando imagens, livros e filme de princesas negras. Com a intenção de auxiliar os professores, no final da apostila há indicações de filmes, desenhos e livros com protagonistas negros.

De acordo com Dias (2012) ao possibilitar as crianças ouvirem e verem histórias com outras representações trava-se uma luta contra os discursos vigentes e dominantes sobre os modos como as crianças devem se reconhecer como sujeitos e reconhecer o outro. É importante que as crianças negras tenham um referencial que valorize sua auto-imagem e de que todas as crianças tenham um reconhecimento positivo das diferenças.

Ainda é difícil encontrarmos filmes e desenhos, destinados a educação infantil, que abordem a cultura africana e/ou que tenha negros como protagonistas. Em relação aos livros, atualmente, após a Lei 10.639/03, esse déficit vem mudando e é possível encontrarmos diversos livros que abordem a diversidade étnico-racial.

[...] se na primeira metade do século XX, a literatura infantil nacional conserva estereótipos do negro, a produção contemporânea sob influência da negritude e do próprio movimento negro, numa tentativa de eliminação do racismo, lança mão de outras formas de representação, tais como: inserção de traços e símbolos da cultura afro-brasileira; representação dos mecanismos de resistência para enfrentar os preconceitos e a realidade social; consciência crítica da escravidão; valorização da identidade afro e das diferenças culturais. Nesse sentido, a presença do negro na literatura infantil brasileira participa de um processo que vai da manutenção à desconstrução do estereótipo negativo (França, 2006, p. vi apud Araujo e Silva, 2012, p.199)

Portanto, o acervo das bibliotecas deve contar com obras variadas, que contemplem diferentes culturas e diferentes etnias de modo que todas as crianças se reconheçam nas histórias, possibilitando que tenham orgulho de sua aparência, sua cor, sua anatomia, seu tipo de cabelo, etc.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como ambiente escolar é um espaço privilegiado para promover a eliminação de preconceito, discriminação e racismo, a falta de planejamento escolar que aborde a diversidade acaba impedindo isso. Precisam-se elaborar novas práticas educacionais que visem à prevenção e o combate ao racismo e que possibilite à criança negra construir uma identidade positiva. As crianças negras precisam se reconhecer nos murais, cartazes, filmes, livros e brinquedos presentes na escola. É necessário atentar para

a urgência de uma escola democrática que reconheça, valorize e trate de forma ética e profissional a diversidade étnico-racial. Uma escola que não reproduza em seu interior práticas de discriminação e preconceito racial, mas que, antes, eduque para e na diversidade. Uma escola que se realize, de fato, como direito social para todos, sem negar as diferenças (Brasília, 2014, p.13).

É preciso também investir na formação dos professores. Dias (2007) observou que professores que participaram de processos de formação na área de relações raciais, conseguiram desenvolver práticas eficazes na promoção da igualdade racial; tornaram-se mais atentos às práticas discriminatórias no cotidiano escolar, e desenvolveram respostas a essas práticas.

O material aqui proposto é um ponto de partida e um suporte para que o professor aborde o tema África e Diversidade Étnica com as crianças. A utilização da apostila ficará por conta do professor e a partir dos conteúdos expostos poderão ser feitas diferentes atividades: pintura, colagem, desenho, teatro, dança, confecção de bonecas, confecção de instrumentos musicais a partir de sucata, entre outros. É importante que o professor não se acomode somente às sugestões encontradas na apostila e busque novas maneiras para enriquecer a proposta. A intenção da proposta é nortear o trabalho do professor que quer trabalhar esse tema, mas não sabe por onde começar.

Muito há para ser feito ainda para que de fato se tenha uma educação que contemple a diversidade étnica, mas o professor pode fazer a diferença quando começar olhar com mais cuidados algumas questões. Para Trinidad (2012, p 129) o professor deve ser “organizador, mediador e elaborador de materiais, ambientes e atividades que possibilitem às crianças a construção de formas diferenciadas de pensar, sentir e agir em relação a si e ao outro”. Dessa forma, o documento História e Cultura Africana e Afro-brasileira na Educação Infantil (2014) orienta que sejam feitas seguintes perguntas: “as crianças têm sido pedagogicamente tratadas

de forma digna? A presença negra – componente importante da nossa formação social e histórica – se faz presente na educação das crianças de 0 a 3 e de 4 a 5 anos? Como? (p.15)”.

O respeito às diferenças deve ser um eixo norteador de todo e qualquer currículo, ação pedagógica e prática social. De acordo com Carvalho (2012) por meio de uma proposta pedagógica bem fundamentada, a instituição de educação infantil deve propiciar situações de cuidados, brincadeiras e aprendizagens orientadas de forma integrada que contribuam para o desenvolvimento das capacidades infantis, das relações interpessoais, favorecendo uma atitude de aceitação, respeito e confiança no outro.

Espera-se que o material aqui apresentado oriente muitos professores e que a partir dele novas propostas surjam.

Nós aceitamos que muito cedo na vida as crianças começam a perceber diferenças nos objetos e pessoas à sua volta, e que isto evoca de alguma forma o processo de categorização, resultando, então, que na sociedade multiracial crianças vão perceber diferenças na cor de sua pele, forma do cabelo e vestido e coisas assim, e que estes também podem se tornar base para o processo de classificação. Entretanto, é a sociedade que determina quanta atenção deve ser dada para essas variações, e dá à criança a noção da identidade étnica que é limitada pela consistência das atitudes físicas e do comportamento; é a sociedade que ensina como aquela identidade deve ser valorizada. Isto quer dizer, crianças aprendem suas identidades fazendo discriminações e distinguindo elas próprias dos outros no contexto social na qual aquele modelo da categorização funciona e é validado completamente (Davey, 1975 apud Cavalleiro, 1998, p.27).

## REFERÊNCIAS

- ARAUJO, D. O. Cristina de; SILVA, V. Baptista da. Diversidade étnico-racial e a produção literária infantil: análise de resultados. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.
- BENTO, M. A. Silva. A identidade racial em crianças pequenas. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 14 jul. 1990.
- BRASIL. Referencial curricular nacional para a educação infantil. Volume 1: Introdução; volume 2: Formação pessoal e social. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União. Brasília, DF, 10 jan. 2003.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 20/2009 e Resolução CNE/CEB nº 05/2009. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, 2009a. BRASIL.
- BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF: MEC/SECAD; SEPPPIR, jun. 2009b.
- BRASÍLIA. Orientações e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais. 2006. Disponível em:  
<[https://direitoaeducacao.files.wordpress.com/2010/02/orientacoes\\_etnicoraciais1.pdf](https://direitoaeducacao.files.wordpress.com/2010/02/orientacoes_etnicoraciais1.pdf)>  
Acesso 07 de nov 2016.
- BRASÍLIA. História e cultura africana e afro-brasileira na Educação Infantil. MEC, 2014. Disponível em:  
<<http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Histria%20e%20cultura%20africana%20e%20afro-brasileira%20na%20educacao%20infantil.pdf>> Acesso em 07 nov 2016.
- CARVALHO, Silva Pereira de. *Os primeiros anos são para sempre*. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.
- CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004, e Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004. BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, 2004.

CUNHA, Débora Alfaia da; FREITAS, Cláudio Lopes de. Apostila de Jogos Infantis Africanos e Afro-Brasileiros. II Semana da Consciência Negra UFPA/CUNTINS, 2010.

DIAS, Lucimar Rosa. No fio do horizonte: educadoras da primeira infância e o combate ao racismo [tese de doutorado em Educação]. São Paulo: Universidade de São Paulo – Faculdade de Educação, 2007, v. 1-2

\_\_\_\_\_. Formação de professores, educação infantil e diversidade étnico-racial: saberes e fazeres. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Ensino de história e diversidade cultural: desafios e possibilidades. Cad. Cedes, Campinas, vol. 25, n. 67, p. 378-388, set./dez. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ccedes/v25n67/a09v2567>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

NASCIMENTO, A. Combate ao racismo - discursos e projetos. (Separata de discursos, pareceres e projetos, No 57) .Câmara dos Deputados, Brasília, 1983, apud CAVALLEIRO, Eliane. Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Educação e Poder; racismo, preconceito e discriminação na Educação Infantil. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

OLIVA, Anderson Ribeiro. A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 25, no 3, 2003, pp. 421-461. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v25n3/a03v25n3.pdf>>. Acesso em: 07 jan. 2016.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

TRINIDAD, C. Teodoro. Diversidade étnico-racial: por uma prática pedagógica na educação infantil. In: BENTO, M. A. Silva. (org.). Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. São Paulo: CEERT, 2012.

## APÊNDICE I - PORTFÓLIO

### HISTÓRIAS DE VIDA E MEMÓRIA

*“A educação é a arma mais forte  
que você pode usar para mudar o mundo.”  
(Nelson Mandela)*

Falar que meu interesse pelo curso História da África foi devido a alguma experiência pessoal que abordasse essa temática, seria uma mentira. Interessei-me por ser um assunto que vem sendo muito discutido tanto no âmbito educacional quanto na esfera social; por ter uma lei que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas; por na época do ingresso eu dar aula de história e geografia para turmas do 4º e 5º ano do ensino fundamental; por ser um curso ministrado pela UFJF e por ser gratuito.

No entanto, ao longo das discussões e reflexões presentes no curso pude olhar meu passado e minhas vivências de outra forma, passei a enxergar coisas que até então estavam despercebidas e memórias foram ativadas.

Olhando para meu passado, me recordo que em minha infância eu tinha um sentimento de condolência em relação aos negros. Acredito que entre os motivos que eu, enquanto criança, passei a ter esse pensamento estão:

- 1) O fato de ter em minha casa uma empregada, negra, com sete filhos (para os quais as minhas roupas e brinquedos, e também dos meus irmãos eram sempre repassados) e que morava em uma casa muito humilde;
- 2) A escola em que cursei todo o segmento do ensino fundamental ter crianças vindas de orfanato e em sua maioria negras;
- 3) Minha mãe ajudar na Pastoral da Criança e minha avó nos Vicentinos e a maior parte dos assistidos serem negros;
- 4) A história dos negros ser sempre tratada pelo viés da escravidão.

Porém, no Ensino Médio isso se perdeu, ficou no esquecimento. Acredito que eu tenha parado de prestar atenção nas questões relacionadas aos negros. Principalmente pelo fato de não ter, nessa época, pessoas negras em meu círculo de amizade. Não que eu tenha ficado alheia aos jornais, aos acontecimentos, ao mundo, mas creio que não era algo do meu interesse.

Já na faculdade passei a ter um olhar crítico em relação às questões raciais. Nos estágios, em escolas públicas e particulares, comecei a reparar a presença do negro (alunos,

professores, funcionários), passei a observar as pessoas que trabalham nas redes de fast-food, nos supermercados, nos restaurantes, nos ônibus, na limpeza e entender o funcionamento da nossa sociedade. A condolência não voltou, mas deu lugar a um sentimento de impotência, de frustração por não saber o que fazer para mudar esse cenário. No entanto, confesso que isso também adormeceu.

Só com o início do curso que o sentimento de luta aflorou em mim novamente. Hoje entendo a real importância que um outro olhar para a realidade, outro viés para a história da humanidade, a valorização dos africanos (na construção do nosso país e nosso povo) e da história e cultura da África tem para a transformação da sociedade.

### **REPENSANDO A APRENDIZAGEM: LEITURAS CRÍTICAS A PARTIR DA PRÁXIS**

Como concluí minha graduação em janeiro de 2015 minha atuação como profissional de educação é pequena. No entanto, mesmo com pouco tempo, com base nas experiências e leituras proporcionadas pelo curso de especialização pude repensar minha prática.

Nesse mesmo ano assumi duas turmas, 4º e 5º ano do ensino fundamental, lecionando história e geografia em ambas. Nas duas turmas o tema “escravidão africana” estava presente e eu poderia ter aproveitado para explorar os temas: África, identidade, discriminação racial, entre outros. Contudo, com minha inexperiência e falta de conhecimento acabei trabalhando somente no 4º ano as contribuições dos povos africanos para o nosso país (música, culinária, vestes...). Havia ainda a falta de percepção da real importância do trabalho sobre esses temas, algo que compreendi essencialmente no curso de especialização. Apesar de ter feito um trabalho acreditando que realizava um diferencial, hoje vejo que poderia ter tratado de forma mais significativa.

Nas duas turmas havia um grande número de alunos negros e eu via que a “escravidão africana” mexia com muitos deles. Comentários como “eu seria seu servo, professora”, “minha família estaria perdida”, “o aluno X me daria chibatada” surgiram, mas não sabendo o que fazer diante disso, deixei passar. Confesso que para mim também era desconfortável. Tentava até não olhar para as crianças negras ao falar sobre isso.

Hoje penso nas chances que desperdicei, mas também não me condeno por isso, porque acredito que estamos em constante processo de ressignificação.

Em uma discussão no curso de especialização sobre o funk, que é considerado como “som de preto” percebi que também pequei diante disso. Praticamente todos os meus alunos



gostavam desse estilo musical, mas eu não soube aproveitar a oportunidade para trabalhar com ele. Além disso, pensava que precisava “salvar” as crianças desse tipo de música apresentando outras para elas.

Este ano estou trabalhando na educação infantil com crianças de 3 anos. Com elas trabalho a questão da identidade, no sentido de que cada criança tem sua especificidade, tenho o cuidado de não apresentar somente histórias com personagens brancos, apresento contos africanos, levo fantoches de bonecos negros, comprei bonecas negras (na escola não tinha)... Não sei ainda se esse é o caminho certo, mas sei que tento dar o meu melhor para que a partir dessas crianças haja uma possível transformação na sociedade principalmente no que se refere a questão racial.

### **PRÁTICAS PEDAGÓGICAS, INTERVENÇÕES E AÇÕES SÓCIO-EDUCATIVAS**

Como trabalho na educação infantil e já está confirmado que continuarei a trabalhar com a mesma no ano que vem, pensei em uma prática voltada para as crianças de 03 anos.

Minha ideia é fazer uma "sacola africana" para inserir os conteúdos relacionados à cultura da África e às diferenças raciais. Inicialmente a intenção é que essa sacola seja trabalhada ao longo do ano e nela conteria:

- Bonecos de feltro com cor de pele diferente, variados tipos de cabelos e roupas (as crianças poderão fazer a combinação que quiserem);
- CD com cantigas de origem africana;
- Boneca Abayomi;
- Manual com orientações de jogos/brincadeiras de origem africana (para auxiliar o professor);
- Livros: de literatura com contos africanos; que também tenha personagens negros; de animais que encontramos na África, entre outros;
- Fantoches.

Pensei que poderia ser estabelecido um dia da semana para que o professor leve a sacola de forma a criar uma rotina. O trabalho realizado seria a partir da sacola mas não se limitando somente a ela.

Ex.: Se o professor quer trabalhar identidade pode usar os bonecos de feltro, mas pode também levar vídeos, imagens, pensar em dinâmicas...

A sacola funcionaria apenas como um suporte para o professor, sendo também uma maneira de chamar a atenção das crianças. Esse ano trabalhei com a "sacola literária" e os alunos ficam ansiosos para chegar o dia da sacola.

Como as crianças do maternal III, na escola em que trabalho, não têm dever de casa, pensei em, a cada semana, uma criança levar a sacola (colocaria uma orientação aos responsáveis) a fim de envolver a família com esse projeto.

Acredito que como professora tenho uma posição privilegiada para tentar eliminar o preconceito e a discriminação. E acredito também que para trabalhar essas questões não existe uma idade mínima. É importante que desde pequenas as crianças reconheçam e valorizem as diferenças étnico-raciais. Mais importante ainda é que as crianças se sintam respeitadas e acolhidas.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo da vida escolar presenciei o silenciamento da África e das questões raciais. Também, mesmo sem intenção, cometi o silenciamento como professora no ano passado. A especialização me possibilitou novas reflexões e conhecimentos que me levaram a repensar minha atuação como professora, me fez definir melhor o que trabalhar em sala de aula e desconstruiu estereótipos.

Como já foi dito no início do portfólio, parte do meu interesse em cursar essa especialização foi devido a Lei 10.639/03. Nesses tempos difíceis que estamos enfrentando no Brasil desejo que, mesmo com a Lei 10.639/03 caindo por terra, as pessoas sejam motivadas a buscar uma formação continuada a fim de trabalhar essa temática tão importante porque a falta de interesse dos docentes fazem com que o ensino da história e cultura afro-brasileira, bem como das relações étnico-raciais, seja inexistente ou muito diferente da forma ideal que deveria ser trabalhado.

A jornada está apenas começando, mas fico satisfeita por já ter dado o primeiro passo.